

Sarney propõe criação do seu bloco

Grupo é para garantir transição e reúne quem votou com o Planalto

O presidente da República defenderá hoje, em seu programa "Conversa ao Pé do Rádio", a criação de um Grupo de Transição Democrática (GTD), no Congresso Nacional, para apoiar as medidas que o governo adotará para enfrentar a crise atual. O Presidente revelou a vários parlamentares que a base desse grupo será os que votaram no presidencialismo e no mandato de cinco anos.

Antes mesmo de anunciada essa disposição do presidente da República, começou a ser articulada o movimento oposicionista. Cerca de 25 senadores dos 43 que compõem a bancada do PMDB querem formar um grupo independente em torno do líder Fernando Henrique Cardoso (SP) e deputados do PDS de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte querem deixar o partido.

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), voltou a receber acenos do presidente José Sarney, com quem poderá ter um encontro reservado. Maciel viajará hoje para Recife em companhia do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que aceita sua candidatura, mas não quer precipitar os acontecimentos.

MANOBRAS

Em conversas mantidas ontem com parlamentares o presidente Sarney deixou clara sua disposição de agir com o maior rigor no combate ao déficit público. Ele reafirmou que não se limitará a cortes nas despesas com pessoal, atingindo, inclusive, as chamadas "gorduras" administrativas. Em determinada conversa, admitiu Sarney que poderá até diminuir o número de Ministérios, considerado excessivo.

A esperança do presidente da República é de contar, nesta fase, com um grupo de apoio suprapartidário, que apoie o governo não apenas na votação de seus projetos mas, também, na defesa de suas posições. Esse apoio foi definido ontem pelo senador

Alexandre Costa (PFL/MA), amigo pessoal de Sarney, como "sendo a solidariedade em todos os sentidos, inclusive moral". O núcleo desse grupo será os que votaram em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos, 344 em 559 constituintes. Alguns que votaram dessa forma e estão afastados, como Marco Maciel, já começaram a ser procurados. O PFL, através de Maciel, encaminhou ao governo as suas sugestões para que seja enfrentada a crise econômica-social.

DIVISÃO

No Senado, porém, está sendo articulado um grupo no PMDB para fazer oposição frontal e permanente ao presidente da República. Os cálculos iniciais são de que esta corrente, que começou a ser articulada pelos senadores Mansueto de Lavor (PE), Ronan Tito (MG) e Rul Bacelar (BA), terá o apoio de 25 senadores, quase o mesmo número dos que votaram contra o mandato de cinco anos. O senador Fernando Henrique Cardoso será o líder do grupo, que não pretende sair do PMDB, mas sim falar em nome do partido.

A votação da Constituição provocou uma rebelião no PDS, latente desde a escolha do deputado Amaral Netto (RJ) para líder da bancada. O deputado Henrique Córdova (SC) comunicou ao presidente do partido, senador Jarbas Passarinho que a bancada de seu Estado sente-se constrangida com o fato de a cúpula ter votado em favor de cinco anos para presidente e que está em processo de afastamento. Essa mesma posição teve a deputada Wilma Mala (RN) e deverá ser adotada, também, pela maioria da bancada gaúcha.

Passarinho está procurando contornar a crise com o argumento de que o mandato e o sistema de governo foram considerados, desde o início, como questões abertas. A rebelião, no entanto, é quase incontornável.

JULIO ALCANTARA



Sarney com o governador Pedro Ivo: um pedido para aperto geral de cintos nas administrações estaduais

Parlamentares garantem apoio

O presidente Sarney confirmou ontem aos parlamentares que recebeu no Palácio do Planalto que espera continuar contando com o apoio dos 304 constituintes que votaram a favor do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República, para a formação do "bloco de transição democrática", conforme revelou o deputado Eduardo Moreira (PMDB-PR), ao deixar o gabinete presidencial.

Pela manhã, o presidente Sarney recebeu oito parlamentares e a todos falou da necessidade da unidade em torno do governo, observando que conta com a maioria no Congresso Nacional, e espera continuar tendo o mesmo apoio, para poder realizar um governo tranquilo, disse Moreira. Estiveram no Planalto, ainda, os deputados Renato Bernardi (PMDB-PE), Bezerra de Melo (PMDB-CE), Theodoro Mendes

(PMDB-SP), José Dutra (PMDB-SP) e Paulo Mincaroni (PMDB-RS).

O deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP) negou que o presidente Sarney tenha pretensão de criar um novo partido político, mas ressaltou que vai se empenhar, para atender ao pedido de Sarney, que está animado com a idéia de formação da base sólida de sustentação. Ele lembrou, entretanto, que antes da votação do mandato e do sistema de governo o Presidente já pensava em formar essa frente.

O deputado Paulo Mincaroni (PMDB-RS), que estava acompanhado de Moreira, comentou que o bloco será formado com quem votou também no sistema presidencialista, e para isso é preciso trabalhar pela união do grupo. Ele acha fundamental dar sustentação para Sarney realizar os dois últimos anos de governo.

Os deputados não souberam dizer quem vai liderar o bloco. Para Moreira, essa é uma questão que deve ser discutida pelos 304 parlamentares. Mas o deputado José Dutra (PMDB-AM) disse que o coordenador pode ser o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara.

O presidente Sarney tem plena consciência de que a formação do bloco a partir dos 304 parlamentares não será difícil, já que existe uma certa identificação de pensamento, comentam assessores do Palácio do Planalto.

Sarney não dispõe de verbas para repassar aos Estados ou de vagas no serviço público para acolher apadrinhados de seus aliados, argumentam os assessores. Sarney sabe disso, e talvez por isso não comentou, com nenhum deputado, uma possível reforma na equipe ministerial.

Sarney pede o apoio dos governadores

O presidente José Sarney apelou ontem aos governadores para que apoiem as medidas econômicas que serão adotadas nos próximos dias para restabelecer o equilíbrio financeiro da União e controlar a inflação. Sarney disse que é necessário apertar os cintos, argumentando que precisa da compreensão e da solidariedade dos governadores, porque é a única alternativa para o País sair desse momento crítico, e garantiu que os estados não terão prejuízo, porque a correção não vai ser longa.

O apelo de Sarney foi feito através dos governadores de Santa Catarina, Pedro Ivo, e do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, durante audiência no Palácio do Planalto, pela manhã. Sarney disse para eles que já tem o apoio parlamentar necessário para adotar as medidas, que serão "antipáticas", porque acredita que os constituintes que votaram no sistema presidencialista e no mandato de cinco anos vão dar o respaldo necessário no Congresso Nacional.

O resultado da votação foi significativo e ele (o Presidente) se sente capaz de poder tomar determinadas medidas porque os que manifestaram apoio ao regime presidencialista e aos cinco anos de mandato deverão apoiar as medidas que ele vier a tomar — afirmou o governador Pedro Ivo, depois de negar que o presidente Sarney não fez nenhuma citação sobre a possibilidade de criação de um novo partido ou uma base de sustentação suprapartidária, para aprovar as medidas econômicas.

O presidente Sarney não revelou para os governadores as medidas que serão adotadas, apenas enfatizou que "é preciso conter o déficit público e ao mesmo tempo fazer com que o Governo tenha recursos financeiros para cumprir todos os seus compromissos, principalmente, os programas de apoio aos estados e que neste período de contenção estas medidas terão de ser suspensas", relatou Ivo.

Sarney argumentou que o governo tem um gasto excessivo, principalmente, com a folha de pagamento, incluída nas despesas de custeio. Por essa razão, "são necessárias medidas energéticas e de austeridade, para a contenção das despesas que o Governo venha realizar", sustentou o governador.

Pedro Ivo entende que os governadores devem participar do esforço de contenção dos gastos, argumentando que não adianta apenas o Governo Federal tomar as medidas, "é preciso que haja engajamento não só dos órgãos governamentais a nível federal, mas também dos governos estaduais e municipais, o que, na verdade, é o somatório de todas as despesas, em todos os níveis, que faz o déficit público", explicou.

O presidente Sarney, segundo Pedro Ivo, confia nos 304 parlamentares que aprovaram o mandato de cinco anos, e não conta com uma possível derrota na votação das disposições transitórias, quando os constituintes podem aprovar um mandato de quatro anos para ele. Sarney acha que a postura do Congresso e da Assembleia Nacional Constituinte foi muito clara, e por isso tem a expectativa da manutenção do apoio.

Oposição busca novo rumo

Enquanto o presidente Sarney já decidiu criar o bloco parlamentar governista, as oposições também pensam em formar um novo partido. O bloco governista terá liderança própria e autônoma, na Câmara e no Senado, incluindo colégio de vice-líderes, tendo como base a grande maioria que se formou para aprovar o presidencialismo com cinco anos, mas não está em cogitação criar um novo partido. Esta é a informação que circula entre parlamentares importantes do governo, como o líder Carlos Sant'Anna.

Apesar disso, o presidente da PFL, senador Marco Maciel, assim como alguns de seus companheiros, como os senadores Guilherme Palmeira e Jorge Bornhausen e o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, sonham com a hipótese de criar um novo grande partido de centro, com nome diferente e que se formaria com os petelistas e a parte moderada do PMDB, que apoiou o governo na batalha do presidencialismo e do mandato.

As dificuldades internas que está sofrendo o PMDB com a aprovação do presidencialismo e cinco anos de mandato estimulam as conversações em torno da criação de novos partidos. O senador Fernando Henrique Cardoso promoveu reunião, ontem, em seu gabinete, com a presença de parlamentares do PMDB e PFL para examinar objetivamente a criação de novo partido.

Lá estiveram presentes, entre outros, os deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Rose de Freitas (PMDB-ES), Cristina Tavares (PMDB-PE), Jaime Santana (PFL-MA), Saulo Queiroz (PFL-MS), declinando todos que devem se manter em estado de mobilização para formalizar a criação do novo partido depois da promulgação da Constituição.

Votação respalda pacote

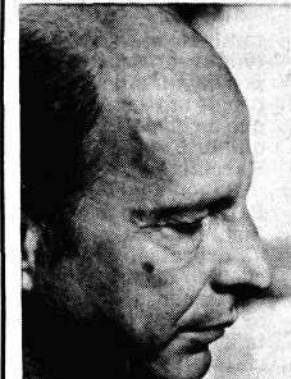
Respaldo pela votação da Constituinte, que aprovou o sistema presidencialista de governo e cinco anos de mandato para os seus sucessores, o presidente José Sarney afirmou que se considera fortalecido e com garantia para balizar as medidas econômicas necessárias à redução dos gastos públicos e de ajuste da economia.

O Presidente da República fez esse comentário durante conversa com o governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, recebido ontem em audiência. O governador disse ainda que o Presidente agradeceu o apoio que teve durante as negociações em

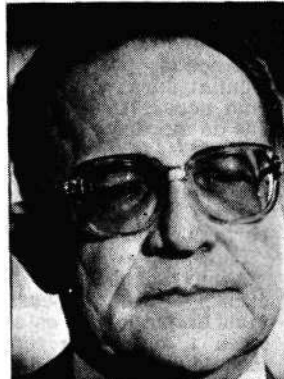
torno da aprovação do presidencialismo e acha que com o número de constituintes que o apoiaram tem agora garantias e condições de implantar as medidas econômicas que estão sendo elaboradas pelos ministros da Fazenda, Maljson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu.

O governador de Mato do Grosso do Sul informou que não falou com o Presidente sobre a possibilidade de criação de um bloco de sustentação política do governo com vistas à aprovação do seu mandato de cinco anos, quando da votação do capítulo sobre as disposições transitórias.

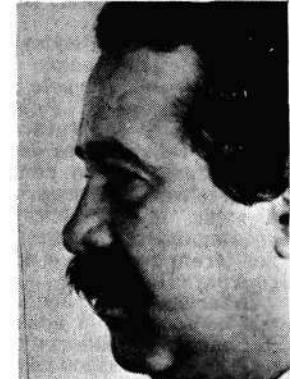
JULIO ALCANTARA



Paulo Mincaroni



Bezerra de Melo



Theodoro Mendes

Reforma ministerial pode vir, mas só a médio prazo

O presidente Sarney poderá fazer uma reforma ministerial, se tomar essa decisão, a médio prazo. O que é importante, agora, é refletir maduramente sobre os complexos aspectos da conjuntura para tomar as medidas mais adequadas, evitando erros que possam comprometer os resultados favoráveis da vitória espetacular do presidencialismo e mandato de cinco anos, segundo afirmou, ontem, o líder do governo, Carlos Sant'Anna.

Sant'Anna confirma o desejo do governo de mobilizar a nova base de sustentação política que se formou na votação da forma de governo e duração do mandato para promover alterações em dispositivos já aprovados na Constituinte e que são classificados de demagógicos ou populistas, como a estabilidade no emprego, a licença paternidade, o voto aos 16 anos, a licença de quatro meses

para a mulher gestante, entre outros.

PROJETO

Segundo o parlamentar baiano, o governo está refletindo de forma amadurecida a fim de imprimir uma orientação responsável. E isso inclui as medidas que terão de ser adotadas para conter o déficit público e deter a alta da inflação. O líder evitou entrar em detalhes a respeito da natureza das medidas em gestão na área econômica.

No caso das decisões tomadas pela Constituinte, ele é mais explícito. Sant'Anna confirma o projeto governamental de alterar algumas dessas disposições, muitas delas por simples emendas supressivas. Exemplo ilustrativo seria retirar do texto constitucional a questão da estabilidade no emprego, considerado um erro pelo governo.

Sant'Anna nega que as emendas a serem apresentadas pelo governo no segundo turno de votação da nova Constituição estejam sendo preparadas por um grupo de trabalho no Palácio do Planalto, sob a coordenação do consultor-geral da República, Saulo Ramos. Disse que a liderança do governo ("nós já mostramos que somos capazes") está incumbida de estudar essas emendas supressivas.

O líder do governo não se mostra preocupado com a existência de vários mecanismos constitucionais (mais de 30 artigos falam em parlamentarismo) criando mecanismos próprios do regime de gabinete quando foi aprovado o sistema presidencialista. "Há um entendimento com Ulysses de que todos esses dispositivos terão de ser eliminados do texto, sem maiores problemas", disse.

EUGÊNIO NOVAES



Sant'Anna e Covas: não à inversão de ordem para votar já o mandato de Sarney